



## Reunião das nove organizações sindicais convergentes, com o PSD

27/09/2023

O Presidente do PSD, Dr. Luís Montenegro, no âmbito da Semana da Educação estipulada pelo partido, convocou as organizações sindicais dos docentes para uma reunião, com o objetivo de auscultar o seu parecer perante a acentuada instabilidade profissional da classe docente.

Acompanhado pelos seus militantes Inês Barroso (professora e deputada), Margarida Balseiro Lopes (Vice-Presidente do PSD) e António Cunha (professor e deputado), tomou nota e registou a sua concordância com as preocupações manifestadas pelos diversos representantes sindicais, adiantando que no final desta semana, decorridas todas as atividades programadas para a área da educação, emitirá uma comunicação sobre a temática, tendo também em consideração a análise que já realizou sobre a recuperação do tempo de serviço congelado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que faseadamente e com grande sentido de responsabilidade, poderá igualmente aplicar-se aos docentes de Portugal Continental.

O Dr. António Cunha enumerou vários projetos já apresentados no Parlamento pelo PSD, informando ainda que os dados revelados pelo Tribunal de Contas sobre as aprendizagens, levam a questionar o nível de empenhamento do Governo nesta matéria.

As organizações sindicais contextualizaram o atual ponto de situação na educação, indicando várias temáticas que urgem ser alvo de alteração: informática inoperacional, rácio dos recursos humanos (docentes e não docentes) insuficiente, dimensão das turmas que não cumpre o limite legalmente previsto aquando da presença de alunos com necessidades educativas especiais, redução dos créditos horários, burocracia crescente, falta de atratividade para a profissão (que levou à saída de mais de dez mil docentes profissionalizados), ficaram por preencher 2.700 vagas na Vinculação Dinâmica, os vencimentos não permitem suportar os valores da habitação longínqua da área de residência, precariedade, mobilidade por doença com desumanos critérios, incorreto posicionamento no escalões da carreira para além dos 6 anos, 6 meses e 23 dias por descongelar (não sendo, em muitos casos, contabilizados 10 a 12 anos de serviço prestado), injusto contraste da progressão da mesma carreira entre o Continente e as Regiões Autónomas, acentuada diminuição das habilitações exigidas para se lecionar, previstas profissionalizações a serem realizadas em períodos diminutos e a qualidade do ensino em causa.

Apesar do incontestável ano letivo transato ter sido de uma enorme instabilidade para a comunidade educativa, é de salientar que as nove organizações sindicais convergentes apenas agendaram cinco greves, não tendo sido essas as que prejudicaram os alunos, mas sim a falta de professores, que aumentará significativamente com as previsíveis aposentações e abandono da profissão. Foi por estas organizações apresentada uma proposta de recuperação faseada do tempo de serviço, da qual não houve, até à data, qualquer negociação, limitando-se o Governo a apresentar um diploma de suposta aceleração da carreira, aplicável somente a alguns docentes, o que maiores assimetrias provocará.

Para além destes assuntos, a ASPL, representada pela sua Vice-Presidente, Maria João Gonçalves, salientou ainda a caricata situação de se pretender radicalmente baixar as qualificações académicas para lecionar em Portugal Continental e, simultaneamente, estar a decorrer na DGAE um concurso

para lecionar em Timor, no qual apenas podem ser candidatos docentes profissionalizados. Não menos caricata, foi a forma do Senhor Ministro da Educação anunciar o diploma da suposta aceleração na carreira dos professores, alegando que não era certamente a mesma coisa um professor ter passado por todo o período da Troika com o vencimento do 2.º escalão e outro com o do 4.º, mas, ironicamente, não há nenhum acréscimo de tempo de serviço neste diploma para quem então se encontrava no 2.º escalão. Já tendo hoje sido publicamente anunciada a proposta do Governo para as atualizações salariais de 2024, que consistirão num acréscimo de 52 euros mensais ou de 2% do vencimento para quem auferir mais de 2.600 euros, é com enorme desilusão que uma vez mais se verifica que não é considerado o valor da inflação. Salientou ainda que urge a atualização do índice 100 dos vencimentos dos funcionários públicos, o que dissiparia em muito as fracas remunerações existentes. Por fim, sugeriu que o PSD sobre a recuperação do tempo de serviço, atendessem à história de uma sua antiga Ministra da Educação, Dra. Manuela Ferreira Leite, que aquando da alteração da estrutura da carreira dos professores em 1999, de forma faseada, contemplou todo o tempo de serviço prestado pelos docentes, não permitindo ultrapassagens na carreira.

Iniciando-se no dia 2 de outubro a Semana Europeia dos Professores (data em que o Ministério da Educação convocou uma reunião com as organizações sindicais), estas organizações planificaram atividades para a sua comemoração, designadamente: concentração junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, dia 3; colocação de outdoors em todo o país sobre a situação da educação e reuniões sindicais nas escolas, dia 4; conferência internacional, online, entre as 15.00 e as 16.30, subordinada ao tema "Os Professores de que precisamos, para a Educação que queremos", dia 5 (Dia Mundial do Professor); greve nacional a todo o serviço, dia 6. Até à divulgação do Orçamento de Estado para 2024, a ocorrer no dia 10 de outubro, não estão previstas mais ações reivindicativas, que apenas regressarão perante a continuidade de inação governamental sobre as mencionadas temáticas, em particular com a recuperação do tempo de serviço congelado.

O Dr. Luís Montenegro convidou todos a participarem na "Conferência Educação: Encontros sobre o Futuro", que se realizará no próximo dia 30 de setembro no pequeno auditório do Teatro Municipal Rivoli, no Porto. Disponibilizou-se para cooperar sempre com as organizações sindicais presentes, convicto que tudo fará, com sentido de responsabilidade, para devolver a paz às escolas. Informou que se encontra a estudar a eventual ajuda aos professores deslocados da sua área de residência, e que, apesar de toda a crise que a inflação está a provocar, não existem vagas no ensino privado, o que demonstra que neste há maior estabilidade pela disciplina e regras que possuem. Estamos a atravessar o momento mais problemático de todos na nossa história a nível da educação. É difícil ser professor, é uma profissão muito delicada e exigente. Terminando a reunião, afirmou ser tempo de colocar as políticas da Administração Pública a acondicionar as Finanças, e não o contrário, como até agora se tem verificado.